

Para onde vai a USP? E nós, seus docentes?

Rodas pretende incentivar competição entre unidades

A aprovação pelo Conselho Universitário (Co), em reunião de 14/9, de “Princípios gerais para a criação de novos cursos de graduação na USP”, embora não tenha, aparentemente, mexido com o coração e a mente de docentes, ganhou a mídia, que chegou a afirmar em manchete que a “USP revê currículos e pode fechar cursos” (*Folha de S. Paulo*, 21/9, pág. C1). Nos dias seguintes foram noticiadas outras medidas da reitoria visando a implementação das diretrizes aprovadas, como a de destinar verbas extras para as unidades que se adequem a essa novas diretrizes. Por exemplo, *O Estado de S. Paulo* de 1/10 publicou o editorial “A reforma da USP”, onde destaca que a reitoria pretende que as unidades compitam entre si por recursos suplementares, com o intuito de ajustá-las a esses princípios. O editorial reproduz inclusive uma fala do reitor que traduz essa intenção: “No bom sentido, o objetivo é colocar emulação, incentivo e concorrência dentro da USP. Uma unidade em que as propostas dos dirigentes não têm coerência, que não se mexe e que fica com o dinheiro parado [sic] pode perder suplementação, pois está mostrando que não é um bom investimento para a Universidade.” (*Estado*, 1/10, pág. A3)

Deve-se destacar que essa ameaça de extinção de cursos surge a partir da aprovação de

diretrizes para criação de cursos novos! Mas o reitor anuncia também que é necessário ter cautela ao se propor a expansão de vagas, subentendida na criação de cursos novos. Não há dúvida de que é preciso cautela para que essa expansão seja realizada com qualidade, mas não seria necessário ter cautela também na elaboração dos “princípios gerais”? Afinal, eles foram aprovados no Co após a manifestação de apenas 16 unidades à solicita-

ção de apreciação, encaminhada pela reitoria em 17 de maio. Deve-se destacar que o próprio documento aprovado no Co indica que nos últimos dez anos houve um aumento de 40% no número de vagas na graduação.

Cabe lembrar que quando a Constituição do Estado de São Paulo, foi aprovada em 1989, a Assembleia Legislativa, atendendo à demanda de entidades educacionais, entre elas a AduSP, incorporou,

no “ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS”, o artigo 52 que exigia que: “[...] o Poder Público Estadual implantará ensino superior público e gratuito nas regiões de maior densidade populacional, no prazo de até três anos, estendendo as unidades das universidades públicas estaduais e diversificando os cursos de acordo com as necessidades socioeconômicas dessas regiões. Parágrafo único - A ex-

pansão do ensino superior público a que se refere o ‘caput’ poderá ser viabilizada na criação de universidades estaduais, garantido o padrão de qualidade.” O artigo 53, por outro lado, estabelecia o prazo de dois anos para essa implementação.

Cabe lembrar também que cerca de 15% dos jovens de 18 a 24 anos fazem curso superior, sendo que, desses estudantes, apenas um em cada dez frequentam uma universidade pública! Assim, a expansão do sistema universitário público é claramente necessária. Podemos dizer que a Zona Leste de São Paulo, embora com um atraso de 15 anos, foi uma das poucas regiões do estado, mencionadas no artigo 52, contemplada parcialmente nessa expansão. Portanto, precisamos ter cautela, mas não podemos deixar aos cuidados do mercado lucrativo das entidades privadas essa expansão de cursos novos.

Convidamos os colegas a refletirem sobre esses temas. A diretoria da AduSP não considera condizente com a natureza do trabalho acadêmico incentivar a competição entre as unidades da USP. Ao contrário dessa emulação, dever-se-ia estimular um trabalho solidário tanto entre os docentes, quanto entre as unidades, que deveria ser um dos princípios básicos de atuação dos que trabalham e estudam numa universidade pública.



Restaurantes nos *campi* da USP são insuficientes

Não é novidade: faltam restaurantes para atender alunos, professores e funcionários nos *campi* da USP. Além de serem poucas, as opções existentes nem sempre apresentam qualidade e preços satisfatórios. O assunto foi abordado no *Informativo Adusp* 312.

Na FFLCH, por exemplo, o restaurante do prédio da História e Geografia foi fechado em fins de 2009, “a pedido do proprietário que manifestou o não interesse em continuar, uma vez que o contrato já estava encerrado”, segundo informa a diretoria da unidade. A direção da faculdade providenciou, então, um contrato emergencial para a instalação de uma lanchonete móvel. Um restaurante e uma cafeteria definitivos, a serem construídos na área próxima aos novos anfiteatros, estão em fase de licitação pela Coordenadoria do Espaço Físico (Coesf).

Além da lanchonete móvel na História, as únicas outras opções de alimentação na FFLCH são as barracas de comida de vendedores autônomos e a lanchonete da Letras. Ainda segundo a diretoria, “a antiga direção da Faculdade havia proposto um local para a construção de uma cafeteria [no prédio da Ciências Sociais e da Filosofia] que não foi aprovada pelos alunos. Sendo assim, não há previsão de instalação de uma lanchonete no Prédio das Ciências Sociais”. O projeto previa a construção da lanchonete no “Porão”, espaço estudantil tomado pela gestão de Gabriel Cohn e atualmente utilizado como depósito.

EACH

Segundo informações do professor Marcelo Freire, da EACH, no campus da USP Leste há apenas o restaurante universitário (que era terceiri-



Lanchonete provisória na História

zando e passou recentemente à administração direta da Coesf) e uma lanchonete que serve alguns pratos congelados aquecidos na hora.

O docente relata que além do fim da terceirização do bandeirão, após mobilização da comunidade, houve uma melhora na qualidade do serviço oferecido, que passou a contar com opção vegetariana e maior variedade de saladas e sobremesas.

“Fora do campus, há uma única alternativa de alimentação próxima, que é um boteco que oferece comida caseira, mas consegue atender apenas cerca de dez pessoas ao mesmo tempo, de modo que não há, nas imediações do campus, estabelecimentos que deem conta de atender todo o contingente de alunos, funcionários e professores que diariamente populam a Unidade”, relata Freire.

Física

O restaurante universitário da Física parou de oferecer jantar de 29/7 a 27/9,

causando transtornos para alunos, que durante o período tiveram que se locomover até os restaurantes central ou da Química. Segundo reportagem do *Jornal do Campus* (“Por falta de funcionários, restaurante fecha no jantar”, de 20/9), a equipe do restaurante da Física sofreu baixas devido a licenças, aposentadorias e demissões, e não foram contratados funcionários para suprir a falta de pessoal, o que teria motivado o fechamento.

A Divisão de Alimentação da Coesf admite que o fechamento ocorreu devido à “necessidade do remanejamento de servidores para outros restaurantes universitários”.

Não é incomum, nos horários de pico do almoço, encontrar extensas filas e até alunos comendo sentados no chão, do lado de fora do bandeirão da Física, devido à falta de espaço na parte interna do restaurante. No entanto, de acordo com a Coesf, o problema será resolvido: “A reforma do restaurante da Fí-

sica, em processo de licitação junto à Coesf, prevê a modernização de suas instalações”, bem como “a ampliação do número de lugares no refeitório de 140 para 226”.

Ribeirão Preto

O jornal *Folha de S. Paulo* denunciou, em 25/9 (“Pronto”, refeitório da USP de Ribeirão não serve ninguém”), que o novo restaurante do campus da USP em Ribeirão Preto, “inaugurado” em 2009, no último ano da gestão Suely Vilela, ainda não está funcionando, apesar da previsão de início das atividades para fevereiro de 2010.

A coordenadoria daquele campus informou que “houve atraso no restaurante porque os testes com equipamentos mostraram-se mais complexos do que o que foi previsto” e, por isso, o refeitório deve começar a funcionar apenas em dezembro. Um prédio de moradia estudantil, também “inaugurado” por Suely e que deveria estar pronto no primeiro semestre, ainda está

OPINIÃO DA DIRETORIA Descaso da Reitoria

As precárias condições de alimentação no campus do Butantã resultam do descaso de sucessivas gestões da Reitoria. Não se vê planejamento central de ações destinadas a resolver o problema, apesar do aumento verificado na população do campus ao longo dos últimos anos, cabendo a cada unidade resolver as suas próprias necessidades. Nos demais *campi* da USP a situação não é melhor.

A qualidade das refeições servidas aos estudantes nos bandeirões é apenas sofrível. Mas se, por hipótese, a grande maioria dos professores do campus do Butantã passassem a recorrer a eles sistematicamente, dificilmente os bandeirões conseguiriam arcar com este novo aumento na procura. Ressalte-se ainda que os poucos restaurantes privados representam uma alternativa relativamente cara (e não isenta de filas).

Aguarda-se uma solução. De preferência, antes de 2040.

Adusp realiza assembleia para definir prioridades de ação

No último dia 22, realizamos uma assembleia da Adusp que tinha em sua pauta a definição de prioridades de ação para a entidade, além da discussão sobre a revisão do reajuste de data-base, prevista no acordo de 91, firmado entre o Cruesp e o Fórum das Seis (F6).

No que se refere à questão salarial, a assembleia aprovou indicar ao F6 a reivindicação de que seja concedido reajuste complementar aos 6,57%, de modo a que o comprometimento médio acumulado das três universidades atinja 85% no final do ano.

Na discussão sobre prioridades de ação, os eixos apro-

vados anteriormente pelo Conselho de Representantes da Adusp foram referendados pela assembleia e complementados por propostas da diretoria. São eles: Previdência, Condições de Trabalho, Democratização da Universidade, Fortalecimento do Vínculo da Adusp com os docentes e Carreira.

Além disso, foram dados informes sobre a Ação do Gatilho e a questão da Previdência, que vem sendo discutida pela diretoria, com a colaboração do grupo de trabalho da previdência (GT-Previdência) reativado no primeiro semestre deste ano

Assembleia aprova programa de transição para construção de uma estatuinte democrática

Visando a uma maior democracia na USP, sem perder de vista a perspectiva de uma estatuinte composta por professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes, que teria a missão exclusiva de preparar um novo estatuto para USP, a assembleia da Adusp de 22/09 aprovou um conjunto de propostas que constitui um programa mínimo de transição.

1. A composição dos Conselhos de Departamento e Congregações das unidades, dos Conselhos Centrais e do Conselho Universitário deve ser condizente com o previsto pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB);

2. O processo de eleição para reitor deve se esgotar na Universidade, e o processo de eleição de diretores deve se esgotar nas unidades;

3. A carreira docente deve ser aberta, em todos os níveis;

4. Qualquer doutor da Universidade pode pleitear os cargos de chefe de departamento, diretor de unidade, pró-reitor e reitor.

Unidades elegem representantes para o CR

Nos dias 29 e 30/9, a Adusp realizou eleições complementares para seu Conselho de Representantes (CR). Candidataram-se e elegeram-se representantes de três unidades: Instituto de Ciências Biomédicas (Sílvia de Campos Boldrini), Instituto de Física (Líghia Matsushigue e Ruy Pepe da Silva) e Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (Gustavo Assed Ferreira).

Na Faculdade de Ciências Farmacêuticas, onde se inscreveu a professora Nádia Araci Bon Chacra, as eleições ainda não ocorreram, por questões internas à unidade, mas foram marcadas para esta semana.

Os representantes eleitos terão mandato até maio de 2012. Damos as boas vindas aos novos conselheiros, que tomam posse na próxima reunião do CR, no dia 5/10.

“Democracia”

A professora Sílvia Boldrini, nova representante do ICB no

CR da Adusp, trabalhou inicialmente como professora substituta na unidade, entre 1999 e 2001, e posteriormente tornou-se uma docente com contrato precário. É ela quem explica: “Em 2003 fui aprovada em processo seletivo para atuar em regime de RTP (12 horas) e, desde 2006 em RDIDP, permaneci contratada precariamente, tendo sido provida no cargo em junho do presente ano”.

Sílvia recebeu apoio da Adusp para lutar contra sua permanência em contrato precário. Sua expectativa como conselheira é prosseguir no “aprendizado da isenta representação de classe praticada pela Adusp”.

De acordo com a professora do ICB, “a maior parte dos nossos colegas não tem a clareza necessária para a tomada de atitudes em situações adversas dentro da Universidade, cuja política e funcionamento são pouco acessí-

veis”. Nesse contexto, diz, “espero representar eficientemente e exercer a democracia, o que não é regra no ambiente universitário”.

“Linha de frente”

Gustavo Assed é o primeiro representante da FDRP no CR (a unidade foi criada em 2007). “Participar do CR significa atuar na linha de frente da luta por melhores condições de trabalho na USP. O representante tem a função de catalizar as aspirações e as inquietudes dos docentes em sua unidade, utilizando este diagnóstico para orientar a sua atuação”, declara o professor.

“Tenho a convicção que o CR é um organismo de defesa do docente na entidade, que sempre trabalhará em prol da democracia, da liberdade e do ensino público”, afirma Gustavo, que ingressou na USP há oito anos. “Eu me preocuparei, sobretudo, em defender a luta

contra o produtivismo e a progressão horizontal da carreira, pois considero que a reforma introduzida na gestão anterior provocará danos consideráveis aos níveis de qualidade da pesquisa científica na USP”.

Ele pretende trabalhar pela valorização da carreira docente, “por meio de nossas campanhas salariais e pela democratização do processo eleitoral na instituição”. Gustavo é favorável à realização de uma campanha “para que a USP realize concursos para preencher seus quadros no nível MS-2 da carreira docente”. No seu entender, “há ótimos profissionais graduados e mestres no mercado de trabalho, sendo massacrados pela instituições de ensino superior privadas, sem qualquer chance de desenvolver uma carreira docente efetiva”, e que poderiam “compor com brilhantismo” o quadro docente da USP.

Fórum das Seis reúne-se na Adusp

No último dia 30, reuniu-se o Fórum das Seis (F6) para dar encaminhamento às deliberações das assembleias realizadas pelas entidades para discutir as propostas de revisão salarial do segundo semestre prevista pelo acordo de data-base de 1991 assinado pelo Cruesp e pelo Fórum das Seis. Abaixo, suas principais deliberações:

1. Encaminhar ofício ao Cruesp comunicando que o F6 estará na reitoria da Unicamp no dia 7/10, às 10 horas, para ser recebido em audiência com o presidente do Cruesp.

2. No ofício, o Fórum solicitará a realização de reunião de negociação visando a discutir a revisão do reajuste de data-base e os demais pontos da Pauta Unificada.

3. As entidades devem discutir a proposta de realização de uma plenária ampliada do Fórum das Seis, com a seguinte pauta: balanço político-organizativo do F6, arrecadação de ICMS x salário, previdência, carreira, democratização da universidade, reforma universitária.

4. As entidades devem fazer uma avaliação dos movimentos dos últimos anos para posterior discussão em plenária interna do Fórum. As avaliações das entidades serão usadas como subsídio para um balanço a ser publicado na próxima edição do *Jornal do Fórum* que deve circular ainda esse ano.

Sarau teve lançamento de livro sobre mercantilização da universidade

Fotos: Daniel Garcia

Foi realizado no dia 30/9 mais um sarau da Adusp. O encontro marcou o lançamento do livro *A Mercantilização da Universidade*, de Claudia Pereira de Pádua Sabia (Ed. Arte & Ciência). Claudia é administradora e professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista e o livro é fruto de sua tese de doutorado, na qual ela estudou projetos de cooperação universidade-empresa na Unesp.

“Num primeiro momento, por eu ser administradora, eu tinha uma ideia bastante ingênua de que essa interação poderia ser virtuosa”, conta a autora. “Só que à medida que eu comecei a avançar na investigação, comecei a ver que a maneira como as ações eram desenvolvidas -- a não especificação, a omissão dos documentos, a dificuldade de se conseguir entrevistas com os docentes envolvidos --, todas essas questões me levaram a me distanciar completamente da minha ideia inicial, porque eu vi o que acontecia. As empresas e um grupo pequeno de docentes se beneficiando, em detrimento

de toda a universidade”.

Claudia conta que teve muita dificuldade para conseguir informações. O estatuto da universidade, o regimento geral e o regimento da extensão não regulavam a interação com o setor produtivo e os responsáveis pelas fundações que administram as verbas dos projetos não davam entrevistas. “Foi muito grande a dificuldade em conseguir informações, porque toda a regulamentação é omissa e permissiva, na maioria dos casos”, avalia.

A pesquisadora cita como exemplo a questão das horas trabalhadas pelo docente e da remuneração recebida em decorrência dos projetos de cooperação, cuja regulamentação permissiva deixa brechas para que não haja um controle das atividades. Outra questão é a da propriedade intelectual (PI), uma vez que a maioria dos contratos não prevê uma contrapartida para o uso da infraestrutura da universidade, mesmo após a Lei de Inovação de 2004 definir que 50% dos direitos de PI devem ficar com a instituição.



Lançamento de livro na sede da Adusp. No detalhe, a autora Claudia Sabia

Além disso, a maioria dos projetos não continha justificativa, planilha de custos ou previa o recolhimento de taxa de contribuição pela universidade. “Se continuar da maneira como eu encontrei, o processo de privatização vai andar a passo largos”, sentencia.

Relatório da tesouraria. Período de maio a julho de 2010

Mês	Saldo do fundo de reserva ¹	Contribuição líquida dos associados ²	Salários e encargos	Despesas de comunicação	Despesas gerais restantes ³
Maio/10	R\$ 1.168.656,15	R\$ 159.616,31	R\$ 97.830,33	R\$ 36.988,25	R\$ 63.076,32 ⁽⁴⁾
Junho/10	R\$ 1.144.111,26	R\$ 172.995,89	R\$ 136.121,80 ⁽⁶⁾	R\$ 24.399,69	R\$ 60.037,88 ⁽⁵⁾
Julho/10	R\$ 1.152.198,54	R\$ 170.259,96	R\$ 91.244,49	R\$ 36.648,54	R\$ 29.652,18

1 - Utilizado com autorização do Conselho de Representantes / Assembleia Geral

2 - Descontados os repasses ao Andes-SN

3 - Assessoria jurídica, contábil e de imprensa, infra-estrutura, materiais permanentes, campanhas, publicações

4 - parte destes pagamentos refletem gastos com a campanha de data base 2010

5 - parte destes pagamentos refletem gastos com GTs, CONADs e congressos

6 - pagamento de primeira parcela do 13º salário

Gatilho

Em 3/9/10, encaminhamos um ofício à Reitoria solicitando que fosse marcada uma reunião sobre o Gatilho. Em 14/9/10, enviamos uma mensagem à Codage reiterando a urgência e a necessidade de nos reunirmos. Resposta? Nenhuma.



Sr. Reitor: o que foi feito de suas manifestações, enquanto candidato, e como reitor recém-eleito, comprometendo-se a agilizar o processo do gatilho?